

Japoneses pioneiros nas fazendas de café do interior paulista

Japanese pioneers in the interior paulist coffee farm

Japoneses pioneros en las granjas de café en el estado de São Paulo

Diego Bermejo Oba

Mestrando PPGARQ, UNESP, Brasil.
diego.oba@unesp.br

Marta Enokibara

Professora Doutora, PPGARQ, UNESP, Brasil.
marta.enokibara@unesp.br

**RESUMO**

O processo de colonização oficial do governo paulista a partir do período Republicano se deu através da criação de Núcleos Coloniais em diversas regiões do estado ligados à cafeicultura. A mão de obra estrangeira era de diferentes nacionalidades, mas, em 1908, uma foi peculiar: os japoneses. Ao invés de instalarem-se nos Núcleos, a primeira leva de imigrantes japoneses foi para seis grandes fazendas de café. O presente artigo tem como objetivo resgatar a história sobre a vinda desses imigrantes, os acordos firmados entre o governo japonês, paulista e os fazendeiros, as primeiras impressões na Hospedaria dos Imigrantes, a localização das fazendas e sua ligação com as ferrovias, as dificuldades de adaptação e fugas, bem como aquelas fazendas onde houve maior aceite por parte dos japoneses. Para traçar esse percurso, o presente texto utiliza-se de fontes documentais como o Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908, bem como artigos e livros de outros estudiosos sobre o tema, que incluem os relatos dos próprios imigrantes, que traduzem, com alguns detalhes, a particularidade do imigrante japonês.

PALAVRAS- CHAVE: Imigração japonesa, japoneses pioneiros no Brasil, fazendas de café do interior paulista

SUMMARY

The official colonization process of the São Paulo government from the Republican period was through the creation of Colonial Nuclei in various regions of the state linked to coffee. Foreign labor was of different nationalities, but in 1908 one was peculiar: the Japanese. Instead of settling in the Core, the first wave of Japanese immigrants went to six important coffee farms.

This article aims to rescue the story about the arrival of these immigrants, the agreements signed between the Japanese, São Paulo government and the farmers, the first impressions of the Hospedaria de Imigrantes, the location of the farms and their connection with the railways, the difficulties of adaptation and escapes, as well as those farms where the Japanese accepted the most. To trace this course, the present text uses documentary sources such as the Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908, as well as books and articles sources from other scholars on the topic, including the reports of immigrants themselves, which translate, with some details, the particularity of the Japanese immigrant.

KEYWORDS: Japanese immigration, japanese pioneers in Brazil, coffee farms in the interior of São Paulo

RESUMEN

El proceso oficial de colonización del gobierno estatal desde el período republicano fue a través de la creación de núcleos coloniales en varias regiones del estado vinculadas al café. La mano de obra extranjera era de diferentes nacionalidades, pero en 1908 una era peculiar: la japonesa. En lugar de establecerse en los Núcleos, la primera ola de inmigrantes japoneses fue a seis grandes granjas de café. Este artículo tiene como objetivo rescatar la historia sobre la llegada de estos inmigrantes, los acuerdos firmados entre el gobierno japonés, de São Paulo y los ganaderos, las primeras impresiones del Hospedaria de Imigrantes, la ubicación de las granjas y su conexión con los ferrocarriles, las dificultades de adaptación y escapes, así como aquellas granjas donde hubo una mayor aceptación por parte de los japoneses. Para rastrear este curso, el presente texto utiliza fuentes documentales como el Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908, así como artículos y libros de otros académicos sobre el tema, incluidos los informes de los propios inmigrantes, que traducen, con algunos detalles, la particularidad del inmigrante japonés.

PALABRAS CLAVE: Inmigración japonesa, pioneros japoneses en Brasil, cafetales en el interior de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização oficial do governo paulista a partir do período Republicano se deu através da criação de Núcleos Coloniais em diversas regiões do estado ligados à cafeicultura. A mão de obra estrangeira era de diferentes nacionalidades, mas, em 1908, uma foi peculiar: os japoneses. A primeira indagação que se faz é: por que vieram para o Brasil? Um país tão diferente de seus hábitos e costumes? Por que foram para fazendas de café e não os Núcleos Coloniais criados pelo governo do estado? Essas fazendas ficavam próximas dos Núcleos ou em regiões mais longínquas? Quais foram as primeiras impressões na Hospedaria dos Imigrantes? Como chegaram até essas fazendas? Como se comunicavam, já que a língua e o conhecimento da escrita era algo imperativo para a leitura e mesmo a assinatura dos acordos de trabalho? Os japoneses aceitaram as condições de trabalho ou o que se esperava não era a realidade prometida no agenciamento da mão de obra no país de origem?

2 OBJETIVOS

Mais que dados estatísticos ou de ordem econômica e comparativa em relação aos Núcleos Coloniais, o presente artigo pretende responder às questões colocadas acima procurando resgatar a história cultural que envolve a vinda e a permanência desses primeiros imigrantes japoneses no Brasil, rumo às fazendas para onde foram agenciados como mão-de-obra para as lavouras de café.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para traçar esse percurso o presente texto utiliza-se de fontes documentais como o Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908, bem como artigos e livros de outros estudiosos como Almeida (2012), Dezem (2011), Freitas (1994), Handa (1987), Mita (1999), Motoyama (2011), Paiva (2008), Saito (1961), Sakurai (2000) e Zamboni (1979), que retratam não só os acordos firmados entre os governos e os fazendeiros, mas também, e fundamentalmente, alguns detalhes sobre a particularidade do imigrante japonês desde a viagem e a chegada ao Brasil, a estadia na Hospedaria de Imigrantes, até a permanência, ou não, nas seis fazendas a que foram designados para trabalho nas lavouras de café. Para elucidar a posição geográfica dessas fazendas, o presente artigo também identifica os municípios atuais onde estavam localizadas ou parcialmente localizadas essas seis fazendas. A imagem produzida utiliza como base o mapa elaborado pela Secretaria da Agricultura que indica os Núcleos Coloniais existentes e em projeto referente ao ano de 1908, portanto, o mesmo ano da vinda dos imigrantes japoneses para estas fazendas.

4 DO JAPÃO AO BRASIL PARA AS FAZENDAS DE CAFÉ

4.1 O posicionamento japonês no cenário mundial da imigração a partir da segunda metade do século XIX.

Motoyama (2011), ao abordar o início da imigração japonesa no Brasil, enfatiza a postura do Japão no cenário mundial:

Era o período final da Era Meiji, uma fase dramática da história do Japão. Este crescera espantosamente em menos de meio século, vivendo experiências contraditórias. Mantivera, com muito sacrifício, a sua independência. Naquele momento histórico, tenta se firmar no cenário mundial com um capitalismo agressivo, em confronto com as grandes potências ocidentais (MOTOYAMA, 2011, p.91).

O Japão do Príncipe Mutsuhito (que passaria a ser conhecido como Imperador Meiji), enfrentava uma grande crise de explosão demográfica em seus centros urbanos, impulsionada pelo desemprego dos que viviam no campo desde os tempos feudais. Naquele momento, a população de camponeses, que até então, era desprovida de mobilidade social, buscou neste êxodo urbano uma tentativa de sobrevivência e de novas oportunidades, em face à nova realidade comercial, advinda da abertura dos portos japoneses ao mundo.

Dessa maneira o país buscou aliviar essa concentração populacional urbana de suas províncias em um projeto migratório já iniciado anteriormente na ilha de Guam e no Havaí (1868) e na Califórnia (1869). A partir da década de 1880 o Japão realiza a colonização em algumas ilhas no oeste indiano; e na década de 1890 no México, Peru e Filipinas, havendo para cada país uma companhia de emigração específica (NATIONAL DIET LIBRARY, 2009).

Reflexo da necessidade de supervisão na dispersão de seus colonos pelo mundo, em 1896, o governo japonês cria a Lei de Proteção aos Emigrantes, instituindo uma série de premissas que buscavam salvaguardar seus cidadãos.

De acordo com Dezem

[...] o governo japonês ao promulgar a Lei de Proteção aos Emigrantes (1896), transformou a iniciativa de imigrar em política de Estado. A opção por uma política emigratória dirigida pelo estado japonês foi resultado, em grande parte, da estratégica expansionista japonesa na Ásia, a partir da necessidade em desobstruir o exíguo arquipélago japonês da explosão demográfica sentida desde a década de 1880 (DEZEM, 2011, p.04).

A partir das medidas adotadas com a Lei de Proteção aos Emigrantes, o governo japonês passa a realizar a supervisão dos contratos de emigração do seu país agindo diretamente nas tratativas com os países receptores. Em relação ao Brasil, a concretização do envio da primeira leva somente se deu posteriormente a uma primeira tentativa frustrada de inserção, em 1897,

a qual foi cancelada pelo governo japonês, após a análise das condições apresentadas, no que tange a crise que assolou o mercado cafeeiro até o ano de 1906 (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

4.2 O navio Kasato Maru

É certo que o icônico navio, o vapor Kasato Maru, hoje conhecido por ser o primeiro a realizar a longa e perigosa empreitada, na ocasião já possuía os seus oito anos de serviços prestados. Este navio foi encomendado em 1900 ao Estaleiro de Wilyam Richardson, Newcastle, no Reino Unido, foi comprado por russos e tomado por japoneses:

[...] o navio nascido Potosi foi rebatizado de Kazan. Cinco anos depois, em uma batalha com japoneses, os russos, derrotados, decidiram não deixar a embarcação para os inimigos e a afundaram antes de fugir. O Japão, porém, resgatou e consertou o navio. Depois, a embarcação foi incorporada à marinha imperial (COISSI, 2016).

Para nós brasileiros, seu papel mais importante foi o de trazer os primeiros imigrantes japoneses ao país, em 1908, iniciando oficialmente o processo de colonização entre o Japão e o Brasil.

Conforme podemos observar na Figura 1, o itinerário do navio a vapor, até que se desse o seu desembarque no Porto de Santos, em 18 de junho de 1908, iniciou sua jornada aproximadamente 52 dias antes que se fosse cumprido o trajeto por completo, realizando duas paradas: a primeira em Singapura, na República de Singapura e a segunda na Cidade do Cabo, na África do Sul.

Figura 1 – Itinerário do Navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil (1908).



Trajeto 0 a 1: 6.298,51km (apr.)

Trajeto 1 a 2: 9.669,24km (apr.)

Trajeto 2 a 3: 4.930,90km (apr.)

Fonte Mapa base: <https://www.mapa-mundi.org>, acessado em 26/09/2019; Fonte do Itinerário: Motoyama (2011); Montagem de OBA (2019).

4.3 A chegada do pioneiro japonês ao Brasil

Segundo Paiva, a política oficial de colonização do estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Agricultura, se deu com a criação de Núcleos Coloniais em diversas regiões do estado e ligados à questão da cafeicultura. Ainda de acordo com o autor:

O governo estadual arcava com os custos do transporte de imigrantes desde o porto de Santos até seu destino final, as propriedades dos cafeicultores no interior. Cabia também ao governo a realização de propaganda do país na Europa e a responsabilidade em firmar acordos de emigração/imigração com países como Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Japão, etc (PAIVA, 2013, p.50).

Conforme Prado Jr (1935), se para o governo a criação destes núcleos visava a comercialização de pequenas propriedades, proporcionando a fixação e desenvolvimento destas áreas pelos imigrantes que adentraram o estado, para os grandes latifundiários do café esta parcela da população era entendida como repositório de braços para as suas lavouras, de maneira

temporária, de acordo com a época da colheita, deixando de onerá-los quanto ao período de latência produtiva de seus cafezais. “A colonização oficial subordina-se portanto aos interesses da grande lavoura”(PRADO JR, 1935 *apud* PAIVA 2008, p.40).

Além da criação destes Núcleos Coloniais, termo que caracteriza, segundo Paiva (2013), “a colonização oficial do governo”, pode se observar a iniciativa de várias empresas que por sua vez deram origem a colônias de diferentes etnias, que tinham por finalidade a implantação no estado de uma massa de pequenos proprietários de terra, dispostos a reproduzir um modo de vida camponês, que não fosse atrelado aos interesses dos cafeicultores.

Conforme aponta o Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908, já neste ano o governo paulista deixou de investir na criação de novos núcleos, procurando acomodar os imigrantes, (exceto os japoneses), nas colônias já criadas anteriormente:

O Serviço de Colonização, um dos de maior importância do Estado, caracterizou-se, em 1908, pelo aumento das necessárias e indispensáveis facilidades de localização em benefício da massa imigratória de todos aqueles que cooperam para o povoamento do solo paulista.

Assim foi que, em vez de serem criados mais núcleos coloniais, tratou o Governo de adoptar medidas, cujo resultado foi a grande affluencia de tomadores de lotes, já completando a lotação de algumas colônias, já enchendo enormemente outras (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE 1908, 1909, p.171)

Em meio a esta dinâmica de ocupação do território paulista, de acordo com Dezem (2000), a colonização realizada pelo imigrante japonês em terras brasileiras foi consequência de duas políticas imigratórias que tinham em comum a necessidade de ambos os países se posicionarem perante as nações de destaque no continente europeu. O Japão adota políticas verticais, ou seja, políticas públicas com foco em setores específicos da economia, no caso, o setor da imigração, tendo como objetivo desenvolvê-lo, mediante estímulos e benefícios fiscais.

Ainda segundo Dezem, a aproximação destas duas nações em construção, mas diferentes culturalmente, teve como preocupação predominante necessidades socioeconômicas imediatas, e retratando a realidade brasileira afirma:

O governo brasileiro, representando os interesses da oligarquia cafeeira paulista, constantemente reclamava a falta de braços para a lavoura cafeeira em franca expansão no início dos 1900. Associado diretamente ao interesse de aquisição de mão-de-obra “boa e barata”, se encontrava a necessidade de novos mercados consumidores de café e de açúcar. Além disso, um problema que preocupava o governo brasileiro desde o período Joanino (1808-1821) era a questão demográfica, ou seja, uma política efetiva de povoamento para o vasto território nacional. Ocupar estrategicamente os vazios demográficos era um dos maiores objetivos ao se atrair imigrantes colonos desde o início do século XIX (DEZEM, 2011, p.03).

Ainda sobre o posicionamento brasileiro, mais precisamente sobre o estado paulista em relação à imigração, afirma o historiador Odair da Cruz Paiva:

Do ponto de vista econômico e a partir da realidade de São Paulo, a imigração no século XIX e mesmo durante as primeiras décadas do século XX esteve relacionada ao avanço da economia cafeeira e à manutenção de um padrão de acumulação capitalista baseado ainda nos moldes da economia colonial. Isto implicou a manutenção de estruturas arcaicas como a grande propriedade agroexportadora, ao passo que modificava estruturalmente o perfil da mão de obra (PAIVA, 2013, p.31).

É nesse contexto que justificou-se a vinda dos primeiros imigrantes japoneses não para os Núcleos Coloniais do estado, mas como mão-de-obra para grandes cafeicultores. Assim, a imigração japonesa no Brasil teve oficialmente seu início em 18 de junho de 1908, com a chegada do vapor Kasato Maru ao porto de Santos. De acordo com Motoyama (2011) foram 781 pessoas, 165 famílias, sendo 733 pessoas, mais 48 avulsos. Ainda acerca do número real de imigrantes chegados ao Brasil, segundo conteúdo produzido pelo Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração, acrescenta-se as seguintes informações¹

Conta-se que, na verdade, o registro de embarque indicava 780 imigrantes, porém durante a viagem foi encontrado mais um indivíduo, escondido no navio e aceito sem maiores problemas. A viagem durou cerca de 52 dias e o Kasato Maru passou somente por dois outros portos antes de chegar a Santos — Singapura, na Ásia e Cidade do Cabo, na África do Sul. Não houve mortes durante a viagem, algo incomum para uma estada tão longa em navio no início do século XX (MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

No contexto dessa citação, uma figura merecedora de menção é Ryo Mizuno (1859-1951), empreendedor e político japonês responsável pelas tratativas e concretização do contrato firmado entre o governo paulista e o império japonês em 1907, que resultou na chegada dos primeiros imigrantes nipônicos ao estado de São Paulo no ano posterior. Mizuno foi presidente e proprietário da Koukoku Shokumin Gaisha, Companhia Imperial de Emigração, fundada em 1904, e, juntamente com os demais colonos da primeira leva, cumpriu todo o itinerário da viagem até o Brasil, enfrentando uma tentativa de assassinato, mas que acabara vitimando o maquinista chefe da embarcação Seizo Yokoyama que, ao tentar protegê-lo, foi brutalmente assassinado a facadas por um marujo embriagado, contrariado pelas rígidas normas de conduta adotadas pelo empresário, conforme relata Motoyama (2011).

¹Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/o-kasato-maru-e-hospedaria-de-imigrantes-do-bras/>, acessado em 15/06/2019.

Para Handa (1987), Ryo Mizuno era considerado um entusiasta da democracia liberal, do fortalecimento econômico e militar, bem como do aumento da produção do seu país. Mizuno realizou sua primeira visita ao Brasil em 1906, e em sua viagem de reconhecimento ao território brasileiro, se deparou com a alta produção cafeeira do país, mais precisamente na região de Jundiaí. Maravilhado pelos resultados encontrados, concluiu ser possível enriquecer trabalhando-se na lavoura brasileira, tendo como base a quantidade de grãos colhidos por uma única família num só dia: 38 sacas, quantidade decorrente das ótimas condições de colheita da época.

Assim, retorna ao Brasil em 1907, amparado pelo governo japonês, assinando dois contratos de colonização: um com o estado do Rio de Janeiro, que se tornou infrutífero, e outro com o estado de São Paulo, o qual veio a se concretizar no ano vindouro. Cabe salientar, ainda segundo Handa (1987), que Ryo também foi o responsável pelo envio da segunda leva de imigrantes japoneses ao Brasil em 1910, mesmo tendo transferido os direitos do contrato da sua Companhia Imperial de Emigração à Comercial Takemura de Colonização, propriedade de Yoemon Takemura, um rico industrial de Kochi, sua província de origem.

De acordo com Almeida (2012), a chegada destes primeiros japoneses até o ano de 1922 foi caracterizada como um período de incentivo do governo paulista à formação de uma corrente migratória nipônica baseada em uma política de subsídio das passagens destes colonos.

4.4 A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

De acordo com Handa (1987), apesar de oficialmente terem chegado no dia 18 de junho de 1908, os imigrantes japoneses somente desembarcaram do navio no dia seguinte. Já nas suas primeiras horas, e dado o desembarque dos passageiros, o processo natural de movimentação de tal contingente foi através da malha ferroviária paulista, em franca expansão pelo estado.

Foi uma viagem de mais de três horas, do porto de Santos até a Hospedaria, em São Paulo, tendo passado para troca de trem em Paranapiacaba, na serra do Mar, atualmente distrito pertencente à cidade de Santo André, SP.

A paisagem do percurso, dadas as condições climáticas amenas características daquela estação, certamente permitiu momentos de contemplação da paisagem para aqueles cidadãos, até então confinados por quase dois meses ao mar, aumentando ainda mais as esperanças em relação ao processo de imigração iniciada com vieses de um dia retornarem ao país natal, mas não sem antes avolumar altas quantias de capital. Apesar do espetáculo da natureza presenciado pelos então pioneiros, rumo ao seu primeiro destino, agora o cenário real de previsões é outro, uma vez que as conclusões sobre os rendimentos, conforme citado anteriormente, foram embasados naquilo que o senhor Mizuno pudera observar nos cafezais em uma grata passagem anterior pelo Brasil.

A produção preterida para as plantações de café do interior paulista não se cumpriu em 1908, iniciando, de certa forma, um processo de declínio das plantações ora já exploradas.

Segundo Handa (1987), conta-se que o estado de euforia contagiava os imigrantes, todos esperançosos com a proximidade das propriedades que já produziam as “árvores do fruto de ouro”, e que equivocadamente por se tratar de vésperas de São João, com as festividades programadas, os seus rojões e balões ao céu, fizeram com que os pioneiros se encantassem com a então recepção de boas vindas realizada pelo povo brasileiro na data de sua chegada.

Segundo reportagem do jornal Correio Paulistano citado por Handa (1987), acerca da chegada dos primeiros imigrantes nipônicos, uma das grandes curiosidades do povo brasileiro era a de saber quais seriam os trajes que estariam usando os orientais. De certo imaginavam algo diferente da moda europeia a qual se encontravam devidamente trajados, tanto eles quanto elas. É fato que a expectativa dos cidadãos brasileiros não estava de toda errada, pois no Japão, naquele momento, somente professores e do sexo masculino se vestiam à moda ocidental europeia, os demais, principalmente no meio rural, usavam as tradicionais roupas orientais.

Segundo o jornal Correio Paulistano:

Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzeguins e sapatos) barato, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias... Alguns dos homens foram soldados na última guerra (russo- japonesa) e traziam ao peito as suas condecorações. Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequenina haste de bambu pintado e lança de metal amarelo. Essas bandeiras eram trazidas aos pares: uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auriverde: a do Japão e do Brasil. Esta primeira leva de imigrantes japoneses entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável (CORREIO PAULISTANO, 1908 apud HANDA, 1987, p.05).

Chegando à Hospedaria de Imigrantes, passadas as 13h00, os colonos foram recepcionados por seu diretor, seus funcionários e por cinco intérpretes japoneses que a partir daquele momento passaram a dar assistência aos agrupamentos que foram formados à medida que se identificavam a fazenda de destino de cada imigrante. Estes intérpretes terão papéis de destaque no desenrolar da história destes e demais colonos no processo de colonização nipo-brasileiro, num futuro próximo.

Conforme aponta Sakurai (2000), sobre o processo de imigração, a questão que mais gerava problemas era basicamente a do contato de dois grupos com culturas tão diferentes. Nesse momento em que os colonos japoneses chegaram a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, portanto um processo artificial de inserção cultural, iniciou-se o relacionamento entre ocidentais e orientais, com costumes e hábitos peculiares, desconhecidos até então por ambas as partes.

É fato que a Hospedaria conferia atendimento a demais imigrantes de países europeus, como Itália, Espanha e Alemanha, mas agora passava a receber a presença da até então desconhecida etnia oriental.

Conta-se que o jantar fora servido às 17h00 e em dois turnos devido a quantidade disponível de lugares. No grande salão destinado ao refeitório, de acordo com o secretário da Hospedaria, o senhor Teijiro Suzuki, o prato servido foi pão, uma sopa de bacalhau e batatas, preparados especialmente para recepcionar os japoneses, quando o cardápio habitual era pão e caldo de carne servido aos europeus que por ali passavam (Handa, 1987). Ainda segundo o autor, citando a reportagem do jornal Correio Paulistano, o nível de organização e limpeza dos japoneses impressionava a direção da Hospedaria:

Depois de estarem uma hora no refeitório, tiveram de abandoná-lo, para saberem quais eram as suas camas e quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros imigrantes”. Ainda segundo o jornal sobre o comportamento exemplar do imigrante japonês: “Tem feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaitice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto(CORREIO PAULISTANO, 1908, apud HANDA 1987, p.7).

Os relatos que se seguem no texto de Handa (1987), acerca do período de estadia nipônica na hospedaria, são impressões positivas sobre a higiene pessoal; a organização e limpeza de seus pertences em comparação aos hábitos dos imigrantes europeus; sobre a maioria das mulheres serem alfabetizadas e pelo interesse por aprender a língua portuguesa junto aos funcionários da casa. Sempre segundo o autor, de acordo com relatos de funcionários da alfandega, o comportamento exímio em ordem e limpeza do povo japonês no ato da fiscalização de suas bagagens, nada se assemelhava ao identificado até agora entre os europeus que por sua vez somente levavam consigo trouxas de roupa suja e poucos utensílios de cozinha. Diz se ainda que nenhum sinistro ocorreu durante a fiscalização rotineira, no entanto o único episódio, no mínimo intrigante, foi quando fiscais se depararam com cerca de 12 armações para criação de bicho da seda, pertencentes à família de Ibaragi, do grupo de imigrantes de Tokio. Segundo exposto, nenhuma das explicações oferecidas aos agentes alfandegários foi suficiente para elucidar as indagações levantadas, visto que a prática da sericultura ainda era incipiente no Brasil.

Figura 2: Passageiros à bordo do trem rumo a Hospedaria (1908): linha Paulista Railway/Figura 3: Imigrantes japoneses na Hospedaria (1908)/ Figura 4: Perspectiva artística da Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo/Figura 5: Imigrantes japoneses preparando as bagagens na Hospedaria: saída para as fazendas de café.



A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DE SÃO PAULO

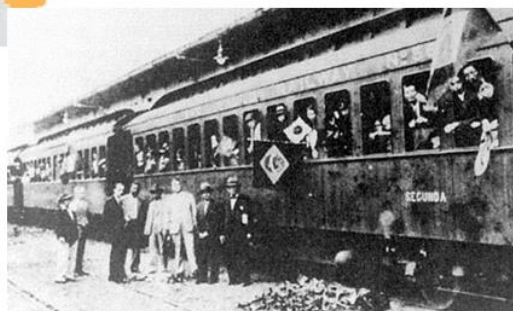


Figura 2



Figura 4



Figura 3



Figura 5

Fonte Figura 2 e 5: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO/ Fonte Figura 3: JORNAL DA ORLA/ Fonte Figura 4: ACERVO DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO-APESP

4.5 A distribuição das famílias pioneiras no interior paulista

Apesar das impressões serem positivas em relação ao comportamento exemplar durante a estadia dos japoneses na hospedaria, certamente o clima que pairava no ar era de certa tensão, visto que os contratos de trabalho para com as fazendas e seus termos de compromissos eram assinados no próprio local (Handa, 1987). Conforme aponta o Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908:

De acordo com as procuras apresentadas pelos fazendeiros abaixo mencionado, a Agencia Official de Colonização e Trabalho, e de conformidade com o respectivo contracto celebrado com a Companhia Imperial de Emigração, já citada, tiveram

destino e foram localizados 767 desses imigrantes nas fazendas seguintes (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE 1908, 1909, p.125)

Tomoo Handa apresenta o destino dos pioneiros em 1908:

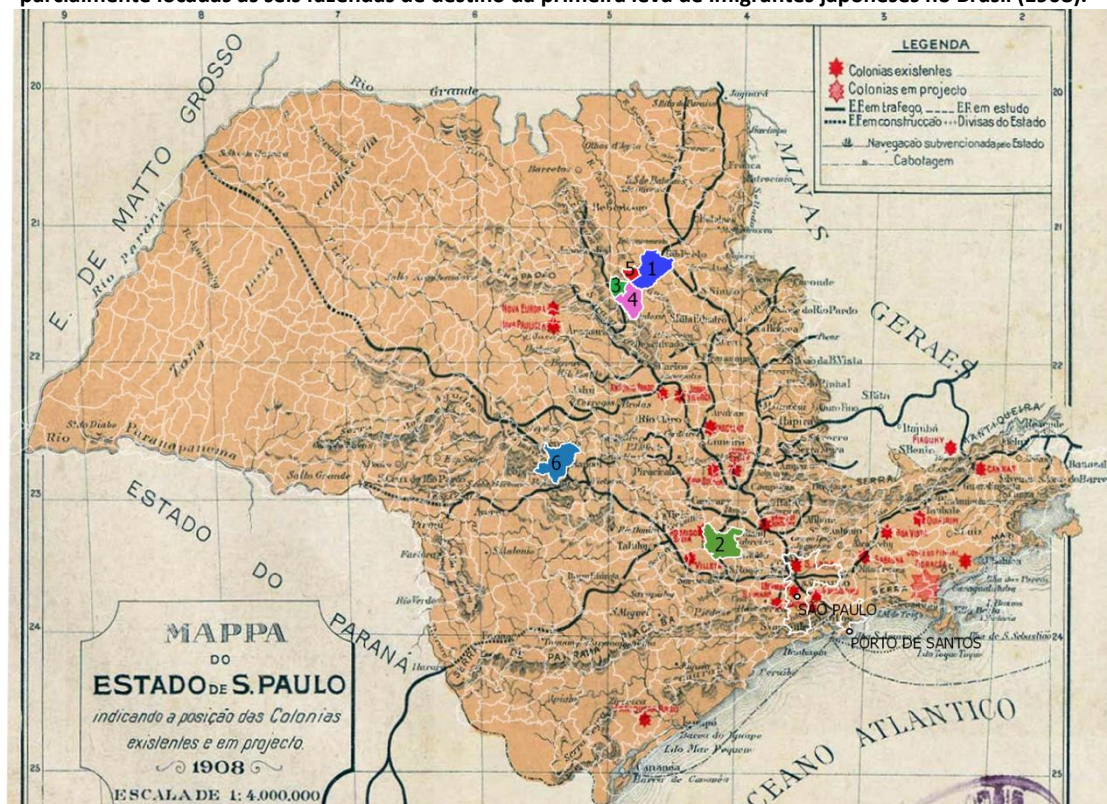
Os primeiros imigrantes japoneses foram enviados, em grupos, a seis grandes fazendas. Por grandes fazendas compreendiam-se propriedades de vastas áreas, com mais de 1.000.000 de cafeeiros. Nelas trabalhavam centenas de famílias de imigrantes estrangeiros ou de brasileiros – os colonos. Estes constituíam a mão-de-obra posta diretamente a serviço da produção de café, sustentáculo da economia brasileira (HANDA, 1987, p.19).

É importante salientar que estes latifundiários, donos destas fazendas, ocupavam posição de destaque no cenário político do país e influenciavam, muitas vezes, as tratativas relacionadas ao recebimento destes trabalhadores, uma vez que grande parte da cadeia produtiva da lavoura do café, até pouco tempo, era servida pela mão de obra escrava, resultando assim em inúmeros casos de conflitos provenientes das relações patronais ora estabelecidas.

5 AS SEIS FAZENDAS DE CAFÉ

O mapa abaixo (figura 6) localiza os municípios atuais onde estavam locadas ou parcialmente locadas, as seis fazendas de destino da primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil, que serão expostos a seguir. Utiliza como base o mapa elaborado pela Secretaria da Agricultura indicando os Núcleos Coloniais existentes e em projeto referente ao ano de 1908, ano da vinda dos imigrantes japoneses para estas fazendas. Pelo mapa é possível visualizar que a grande concentração de japoneses dessa primeira leva situou-se na região nordeste do estado, próximos ao município de Ribeirão Preto, já em direção a um território considerado pela própria cartografia da época como “zona pouco conhecida”.

Figura 6 – Mapa do estado de São Paulo indicando a localização atual dos municípios onde estavam localadas ou parcialmente localadas as seis fazendas de destino da primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil (1908).



Fonte Mapa Base: “Mappa do Estado de S. Paulo indicando a posição das colônias existentes e em projeto”. In: O IMMIGRANTE. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Anno I, n. 1, jan. 1908. Arquivo Público do Estado de São Paulo / Projeção Cartográfica-Sistema de Coordenadas Geográficas, SIRGAS2000. Fonte Mapa Municípios de São Paulo. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa222154>. Elaborado por OBA (2019).

Quadro 1: Legenda para a Figura 7: Fazendas de destino para a primeira leva de imigrantes japoneses.

Ref.	Propriedades/Proprietários	Ferrovia	Estação	Município Atual
1	S. Paulo Coffe Estates C. Ltda	Mogiana	Canaã	Ribeirão Preto
2	Dr. Godofredo da Fonseca	Ituana	Itu	Itu
3	Cia Agr. Fazenda São Martinho	Paulista	Martinho Prado	Pradópolis
4	D. Albertina Prado & Filhos	Paulista	Guatapará	Guatapará
5	Cia Agricola Fazenda Dumont	Mogiana	Dumont	Dumont
6	Dr. Francisco A. de Sousa Queiroz	Sorocabana	Treze de Maio	São Manuel

Fonte Propriedade/Proprietários: RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA de 1908 (1909). / Fonte Ferrovia, Estação e Municípios atuais: NATIONAL DIET LIBRARY (2009). Elaborado por OBA (2019).

5.1 A Fazenda Canaã

A primeira propriedade a receber os imigrantes japoneses em 27 de junho de 1908, através de um trem fretado diretamente da Hospedaria de imigrantes, foi a Fazenda Canaã, registrada como São Paulo Coffe States Co. Ltda. A estação que servia esta fazenda era a Estação Canaã, da linha Mogiana, e estava a aproximadamente 40 km da cidade de Ribeirão Preto. Era um

total de 155 pessoas, divididas em 24 famílias vindas da província de Okinawa. O interprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Akira Mine.

No dia 02 de outubro daquele mesmo ano, o interprete Akira aciona o representante da Cia Imperial, o senhor Uetsuka, solicitando apoio, visto a fuga de 31 pessoas, consequência do não cumprimento das promessas realizadas ainda em solo japonês pela Cia Imperial de Emigração, pois não condizia, de maneira alguma, com a realidade da fazenda.

O processo de fuga dos imigrantes reivindicando melhores condições e rendimentos, foi de certa forma generalizado entre as demais fazendas, fruto das perseguições sofridas pelos imigrantes por parte dos denominados “capangas” dos fazendeiros, ou seja, por funcionários armados que zelavam pela ordem e pelo trato na lavoura junto aos colonos. Estes “capangas” funcionavam como uma polícia extrajudicial, intervindo nas situações de revoltas e fugas destas famílias.

5.2 A Fazenda Floresta

A Fazenda Floresta, de propriedade do Dr. Godofredo Fonseca, foi a segunda fazenda a receber um grupo de 173 pessoas, divididas em 24 famílias de Okinawa, também aos 27 de junho de 1908. A Fazenda Floresta era servida pela Estação Itu, Estrada de Ferro Ituana, onde hoje está a cidade de Itu, a 106 km de São Paulo. O interprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Motonao Ohno.

De acordo com os relatos de Handa (1987), estes imigrantes ingressaram na fazenda amparados por um contrato de seis meses e, apesar da safra abundante, muitos, também se iludindo com o ganho fácil de recursos em outros locais, decidiram abandonar a fazenda.

5.3 A Fazenda São Martinho

Esta fazenda era servida pela Estação Guatapará, da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, onde hoje está a cidade de Pradópolis. Desde 1948 a fazenda deu lugar à Usina São Martinho.

No dia 28 de junho de 1908, a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho recebeu 101 japoneses, divididos em 27 famílias, oriundos de Kagoshima. O interprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Teijiro Suzuki.

Visto que o contrato assinado entre as partes estabelecia o pagamento trimestral dos rendimentos, cláusula que por suposto deveria ter sido esclarecida pelo intérprete responsável, irrompe no dia 2 de setembro de 1908 uma paralização entre os imigrantes japoneses, os quais haviam chegado a fazenda dois meses antes, e ainda não haviam recebido o seu salário.

Outra reivindicação dos nipônicos era a de receberem o adiantamento de uma quantia, por parte da contratante, com a finalidade de custear as dívidas contraídas junto à companhia de colonização, ainda no Japão. Conforme aponta Almeida (2012), parte das passagens dos colonos era subsidiada pelo governo paulista e a outra ficava a cargo das companhias colonizadoras japonesas tuteladas pelo seu governo.

Há de se saber que tamanha paralização obteve um desdobramento. Foi necessária a intervenção do interprete Arajiro Miura, da Missão Diplomática Japonesa no Rio de Janeiro (instalada desde 1905); de Ryo Mizuno e Shuhei Uetsuka (ambos da Companhia Imperial de Emigração) e do diretor da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, o senhor Fraga, em relação a decisão, por parte da contratante, de expulsar todos os imigrantes japoneses presentes na propriedade.

Por parte da Companhia Agrícola Fazenda São Martinho, a paralização da minoria de trabalhadores japoneses poderia trazer maiores implicações, no que tange a incitação a rebeliões aos demais colonos que lá se encontravam num total de 500 famílias divididas entre italianos, espanhóis, alemães e chineses, contra as 25 famílias japonesas que aderiram a paralização. Como medida punitiva e exemplar, os administradores da fazenda, após a intervenção acima citada, ponderaram sobre sua decisão inicial, e acabaram por expulsar somente os líderes da paralização, num total de 7 famílias.

5.4 A Fazenda Guataparé

A Fazenda Guataparé era servida pela Estação Guataparé, da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, entre Ribeirão Preto e Araraquara. De propriedade de D. Albertina Prado e Filhos, recebeu, no dia 28 de julho de 1908, 88 japoneses, sendo 23 famílias das províncias de Nakoshima, Kochi e Niigata. O interprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Umpei Hirano. Este teve papel fundamental nos desdobramentos dos acontecimentos na fazenda e, devido ao seu bom relacionamento junto aos seus compatriotas, interveio diretamente numa tentativa de fuga expulsando de antemão os envolvidos no caso. Além deste episódio, Hirano foi importantíssimo na negociação para aquisição de bens de consumo pelos colonos instalados nesta fazenda, criando uma espécie de cooperativa de compras e estabelecendo um novo modelo que viria extinguir as tratativas abusivas, pelo menos na Guataparé, praticadas pelo armazém da propriedade até então.

Figura 8 - Japoneses na Fazenda Guatapar / Figura 8 - Moeda usada na compra de produtos no armazém da Fazenda Guatapar / Figura 9 – Imigrantes japoneses na lavoura de café da Fazenda Guatapar / Figura 10 – Casas ocupadas pelos imigrantes na Fazenda Guatapar



Fonte das Imagens 7, 9 e 10: ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO; Fonte da Imagem 8:
<http://www.leilaoromas.com.br/peca.asp?ID=4770078> acessado em 17/10/2019

Ainda cabe salientarmos que a Fazenda Guatapar era uma grande propriedade que contava com uma área de 9.000 alqueires, 2.100.000 ps de café onde residiam inúmeros colonos de outras nacionalidades.

De acordo com Freitas (1994):

O sistema de transporte da fazenda era um dos mais modernos. As linhas da Mogiana passavam dentro da fazenda, onde havia uma estcao junto à sede administrativa, perto da máquina de beneficiar e dos terreiros, e, em 1911, havia um ramal ferroviário particular para o trabalho exclusivo da grande lavoura. O transporte de café para vagões da estrada de ferro era feito por 20 carroes com 150 mulas (ESTAOES FERROVIÁRIAS. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/faz_guatapara.htm, acessado em 26/08/2019).

Segundo relatado por Motoyama (2011), tal fazenda se destacava entre as demais, uma vez que graças ao empenho de Hirano, os colonos viviam em relativa tranquilidade e, ainda que de maneira aquém a almejada, puderam prosperar nestas terras, permanecendo por vários anos como funcionários da lavoura do café.

5.5 A Fazenda Dumont

Com trem partindo as 5h da Hospedaria dos Imigrantes do dia 29 de junho de 1908, dirigiram-se para a Companhia Agrícola Fazenda Dumont 210 pessoas de um total de 52 famílias de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio. O intérprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Junnosuke Kato. De acordo com Zamboni:

[...] a antiga fazenda Arindeúva passou a chamar-se Fazenda Dumont, quando adquirida por Henrique Dumont, pai de Alberto Santos Dumont. Sua produção de café foi de tal monta que Henrique Dumont foi considerado o 2º Rei do Café, contribuindo para que Ribeirão Preto, município a que pertencia a fazenda, tornasse a "Capital do Café".

[...] Dumont, em 1891, a vendeu para a Cia. Melhoramentos do Brasil, que tinha como sócios Paulo de Frontin, Rocha Miranda e outros. Estes, por sua vez, venderam a propriedade, em 1894, para os ingleses, que constituíram a "Dumont Coffee Company", que teve como sua representante a Cia. Agrícola Fazenda Dumont, conservando o nome que já tinha tradição no mercado. Os bretões incrementaram a produção, trouxeram muitas famílias de imigrantes, que trabalhavam no regime do colonato. (ZAMBONI, 1979, *apud* <http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=D&idCity=35&idCategory=1&idBook=168>, acessado em 26/09/2019)

Ainda que o passado glorioso da fazenda apontasse para as ótimas safras com elevada produção, a Fazenda Dumont foi a única, do conjunto das seis fazendas, que após negociações entre seus administradores e os representantes dos imigrantes japoneses, passados 56 dias, teve a retirada total dos recém chegados representantes da terra do sol nascente.

As condições de trabalho e as árvores de café, já cinquentenárias, não proporcionaram o rendimento esperado pelos imigrantes japoneses que, por sua vez, de maneira enérgica trataram de levar seu descontentamento aos representantes da Cia Imperial de Emigração, exigindo alternativas para a situação em que se encontravam.

Estas famílias foram novamente levadas para a Hospedaria de Imigrantes e dali, por intervenção da Secretaria do Trabalho do Estado, uma parte foi remanejada para outras fazendas, outra parte ficou na cidade de São Paulo, outros ainda rumaram com destino à Argentina.

A Fazenda Dumont ficava na Estação Dumont, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, a 23 km de Ribeirão Preto. A fazenda na década de 1930 deu lugar à cidade de Dumont.

5.6 A Fazenda Sobrado

Esta fazenda era servida pela Estação Treze de Maio da linha da Estrada de Ferro Sorocabana, zona que tinha como centro a cidade de São Manoel, a 288 km da capital paulista.

No dia 06 de julho de 1908, parte o total de 49 pessoas, divididas em 15 famílias de Yamaguchi e Aichi para a Fazenda Sobrado, propriedade do Dr. Francisco Antonio Sousa Queiroz. Ainda de acordo com Handa (1987), este grupo teve que se deslocar a pé da hospedaria até a Estação Sorocabana, sem ter conhecimento dos caminhos dentro da cidade de São Paulo.

O interprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Takashi Nihei, e de maneira contrária às demais fazendas que receberam esta primeira leva de imigrantes, entendeu-se como desnecessária a sua presença na propriedade. A respeito desta dispensa, considera-se que as condições de trabalho e o relacionamento entre os colonos eram cordiais. O que é relatado por Handa (1987) é que muitos dos imigrantes que passaram pela Fazenda Dumont vieram a se instalar posteriormente na Fazenda Sobrado, de forma espontânea e juntamente com os demais japoneses chegados também em 1908.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contornos adotados pela imigração japonesa no território brasileiro, mais precisamente no estado paulista, não foi mero acaso ou uma política sem planejamento. Havia pelas empresas colonizadoras uma previsão de rentabilidade que agradava aos empresários, políticos e homens posicionados nas decisões de grandes negócios e acordos entre as nações. A mão de obra por encomenda era distribuída pelo mundo de acordo com as oportunidades diplomáticas e de mercado, e há de se dizer, que o seu movimento variava nos delicados períodos de guerras e de crise da lavoura em voga. É certo que o projetado no campo político e administrativo, logisticamente também veio a se cumprir, e dessa maneira os colonos foram distribuídos pelas fazendas e o modo de acolhimento ou absorção dessa nova mão de obra não logrou o sucesso que se esperava. Acerca da política de imigração entre o Japão e o Brasil, para essas primeiras fazendas, podemos considerar como um primeiro momento da história japonesa em terras brasileiras, também afirma Mita:

Diferentemente da emigração japonesa para o Havaí e o continente norte-americano, essa para o Brasil foi realizada com subsídio do governo paulista que cobria parte das despesas de viagem, a cargo da companhia de emigração. Outra parcela era paga pelos fazendeiros, que, posteriormente, a descontava dos salários dos imigrantes (MITA, 1999, p.4).

Dessa maneira o índice de endividamento e descontentamento entre imigrantes e os senhorios das fazendas aumentou, criando-se um ciclo de despesas que não condiziam com as

promessas de rendimentos almejadas, somadas às condições de acomodações e as dificuldades de adaptação, ocasionando por incitar revoltas e episódios de descontentamento entre os pioneiros, tidos, a princípio, como “ordeiros e pacíficos”.

Ainda sobre o processo de imigração japonesa para o estado de São Paulo, Saito esclarece que

[...] a unidade emigratória era a família e não o indivíduo, pois o governo paulista estabeleceu a condição de pelo menos três braços por família para trabalho em cafezais. Para satisfazer a exigência brasileira os emigrantes japoneses chegaram a formar "famílias compostas", excluindo elementos não produtivos, como crianças e velhos, e acrescentando, por artifícios, pessoas capacitadas para o trabalho que não faziam parte da família (SAITO, 1961, p. 62).

Independente do local de fixação destes imigrantes, neste primeiro momento, em que o japonês é tido como mão de obra para a lavoura do café, o trabalho era árduo e para muitos, foi fator decisivo para as fugas e mudanças de planos.

Conforme aponta o Relatório da Secretaria da Agricultura de 1908, quase que a totalidade dos imigrantes retirantes destas fazendas retornou à Hospedaria em busca de novas colocações.

Dentre as novas ocupações deste contingente, dos 282 japoneses que foram em busca de novos trabalhos: 108 recolocaram-se em outras fazendas; 101 tomaram outros destinos que não a lavoura e 73 foram direcionados para trabalhos na construção de estradas de ferro, estas em franca expansão em direção a áreas até então pouco exploradas no território.

Assim, mesmo com todas as dificuldades e desilusões, este modelo de colonização baseado no fornecimento de mão de obra imigrante japonês é repetido com o envio de uma segunda remessa em 28 de junho de 1910. De maneira semelhante aos chegados em 1908, estes trabalhadores também são enviados como mão de obra para 17 fazendas, dentre estas, três remanescentes da primeira leva: a Fazenda Guatapará, São Martinho e Sobrado (Motoyama, 2011).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. **Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São Paulo (1908-1922)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social. CAMPINAS, 2012.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (2008), **História da Imigração japonesa no Brasil**. Publicação digital, disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288309>, acessado em 22/10/2019.

DEZEM, R. **Um Exemplo Singular De Política Imigratória: Subsídios Para Compreender O Processo De Formação Dos Núcleos Pioneiros De Colonização Japonesa No Estado De São Paulo (1910-1930)**. Proin-Projeto Integrado - Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2011.

FREITAS, C. A. Daici. **O Signo da Modernidade nos Cafezais**, vol. 1. ECA, USP, 1994.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: historia de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

LEILÃO ROMA, disponível em: <http://www.leilaoromas.com.br/peca.asp?ID=4770078>, acessado em 17/10/2019.

MITA, Chiyoko. **Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 1999. 224 p. Originalmente apresentado como tese do autor (doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP) ISBN 85-86087-69-6

MOTOYAMA, Shozo. **Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil, volume I (1908-1941)**. São Paulo, Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO. **Hospedaria de histórias: o Kasato Maru e a Hospedaria de Imigrantes do Brás**. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/o-kasato-maru-e-hospedaria-de-imigrantes-do-bras/>, acessado em 26/09/2019.

NATIONAL DIET LIBRARY (2009), **100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Disponível em: https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s1/s1_1.html, acessado em 22/10/2019.

PAIVA, O. C. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI** / São Paulo : Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2)

PAIVA, O. C. **Política de Colonização em São Paulo (1890-1945). Núcleos Coloniais e Áreas de Colonização: subsídios à grande propriedade**. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 35-53, jul.-dez./2008. Disponível em: <http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/371/0>, acessado em 26/09/2019.

PRADO JR., Caio. **Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo**. Geografia. São Paulo, ano 1, n. 1 jan./mar, 1935.

Relatório da Secretaria de Agricultura de 1908. **III Directoria de Terras, Colonização e Imigração**. Disponível em http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/relatorios_agricultura/RSA19080000.pdf, acessado em 14/03/2019.

SAITO, H. **O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

ZAMBONI, Sílvio Perini. **O Café No Norte Paulista: A Crise de 1929 na Fazenda Dumont**. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", USP, Piracicaba, 1979.